

CAPÍTULO 19

A ESCOLA INSTITUCIONALISTA

A escola institucionalista, uma contribuição americana ao pensamento econômico, começou por volta de 1900 e continua até o presente. Por volta de 1900, seu fundador, Thorstein Veblen, publicou seu primeiro livro e também muitos artigos e críticas de livros.

Neste capítulo, enfatizaremos o institucionalismo tradicional, e não o chamado novo institucionalismo, discutido em O Passado como Preâmbulo 19-2. Após fornecer uma visão geral sobre a escola institucionalista tradicional, discutiremos Veblen, que dissecou o pensamento ortodoxo de maneira crítica e forneceu métodos teóricos sobre a economia institucionalista; Wesley C. Mitchell, que estimulou a pesquisa empírica com seus estudos estatísticos, e John K. Galbraith, que popularizou diversos temas institucionalistas¹.

1. Dois outros institucionalistas americanos tradicionais são John R. Commons (1862-1945), que ajudou a persuadir a nação sobre a necessidade de reforma através de leis federais, e Clarence E. Ayres (1892-1972), um professor da Universidade do Texas que salientou o importante papel da tecnologia e das mudanças tecnológicas para se determinar a direção da economia e da sociedade. Um terceiro institucionalista americano notável, Douglass North, representa o "novo institucionalismo" e é o assunto do Passado como Preâmbulo 19-2.

VISÃO GERAL DA ESCOLA INSTITUCIONALISTA

O cenário histórico da escola

No período entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial, as conquistas do capitalismo americano foram marcantes. O rápido crescimento fez dos Estados Unidos o maior e mais poderoso sistema industrial do mundo. As melhorias nas condições de vida de muitos assalariados, no entanto, não satisfizeram suas aspirações nem as possibilidades criadas pelo aumento geral na renda nacional. As horas de trabalho eram longas; a moradia era inadequada; a seguridade em tempos de doença, desemprego e aposentadoria era insignificante; a educação superior era inacessível para a maioria dos filhos dos trabalhadores; a segurança no trabalho era inexistente e as leis de saúde e segurança eram inadequadas. Frequentemente, os empregadores organizavam empresas municipais e dominavam os trabalhadores, até mesmo em suas vidas pessoais; a imigração em grande escala tendia a enfraquecer os níveis salariais; a taxa era regressiva; a agiotagem estava difundida e as recessões periódicas devastavam aqueles que perdiam seus empregos.

Pode-se dizer que a era do monopólio começou na década de 1870 e que esse movimento se acelerou com a virada do século. As vozes conservadoras predominaram nas escolas, na imprensa, no clero e no governo. Os governos estaduais e federais, que proclamaram o *laissez-faire* em relação aos interesses dos trabalhadores, foram ágeis ao utilizar a polícia e a milícia contra os trabalhadores nas disputas industriais. Foram também generosos ao estabelecer proteção tarifária para empresas e ao conceder enormes subsídios às estradas de ferro.

O ambiente político e econômico dos Estados Unidos no final do século XIX levou muitos economistas a questionar as hipóteses e as conclusões levantadas pela escola neoclássica. A doutrina de que uma interferência mínima do governo produz grande bem-estar social parecia cada vez mais insustentável. Havia muita preocupação acerca do monopólio, da pobreza, da depressão e da improdutividade. O movimento a favor do controle e das reformas sociais ganhava força, e foi nesse cenário que a economia institucional cresceu.

Nessa época, foram reconhecidos dois métodos principais para a concretização de mudanças sociais: (1) reorganizar a sociedade em linhas socialistas; e (2) empreender a reforma social, isto é, melhorar as condições pela intervenção do governo na economia. O objetivo do segundo método era preservar o capitalismo melhorando as condições das massas. Veblen criticava os movimentos sociais e era a favor de uma reconstrução radical da sociedade. No entanto, a escola institucionalista que ele fundou refletia o método reformista. As mudanças trazidas pelo New Deal na década de 1930, por exemplo, foram muito influenciadas pelo institucionalismo.

A influência da escola histórica alemã (Capítulo 11) sobre o institucionalismo americano é bem visível. A maioria dos líderes da American Economic Association, fundada em 1885, estava familiarizada e era a favor do movimento alemão e sua metodologia. Alguns dos ilustres mestres de Veblen estudaram na Alemanha. John Bates Clark, que ensinou e encorajou Veblen no Carleton College, era um deles. Embora a teoria marginalista de Clark não tivesse nada em comum com o historicismo alemão, ele formulou uma doutrina da reforma cristã que tinha muita coisa em comum com o pensamento reformista alemão. Veblen ficou impressionado com as palestras de George S. Morris em Johns Hopkins; Morris foi professor de John Dewey e foi um dos hegelianos treinados nas universidades alemãs. Richard T. Ely, da Johns Hopkins, foi professor e trabalhou com Veblen e com outro institucionalista, John R. Commons. Ely tinha estu-

dado com alguns dos principais economistas históricos na Alemanha e se tornou um ardente seguidor da idéia da superioridade do método indutivo de pesquisa sobre o método dedutivo. Porém, devemos observar que, apesar de certas semelhanças metodológicas entre a escola histórica alemã e o institucionalismo americano, esse último não foi nacionalista e foi mais liberal e democrático em seu panorama.

Principais dogmas da escola institucionalista

As sete idéias principais da escola podem ser descritas da seguinte maneira:

- **Perspectiva holística ampla.** A economia deve ser examinada como um todo, e não como pequenas partes ou entidades separadas isoladas do todo. Um organismo complexo não pode ser compreendido se cada segmento é tratado como se não estivesse relacionado à entidade maior. A atividade econômica não é simplesmente a soma das atividades de pessoas motivadas individual e mecanicamente pelo desejo de ganho monetário máximo. Na atividade econômica há também padrões de ação coletiva que são maiores que a soma das partes. Um sindicato, por exemplo, desenvolve um caráter, uma ideologia e um método de operação próprios. Suas características não podem ser deduzidas do estudo dos membros individuais pertencentes a ele.
- **Até mesmo o conceito de atividade econômica é muito limitado na visão dos institucionalistas.** A economia, na visão deles, está interligada com política, sociologia, leis, costumes, ideologia, tradição e outras áreas de crença e experiência humanas. A economia institucional trata de processos sociais, relações sociais e da sociedade em todas as suas facetas.
- **Ênfase nas instituições.** Essa escola enfatizava o papel das instituições na vida econômica. Uma instituição não é simplesmente uma organização ou um estabelecimento para a promoção de um objetivo específico como, por exemplo, uma escola, um presídio, um sindicato e um banco federal. É também um padrão organizado de comportamento grupal, bem-estabelecido e aceito como parte fundamental da cultura. Ela inclui costumes, hábitos sociais, leis, modos de pensar e modos de vida. A escravidão e a crença na escravidão foram instituições. Outros exemplos são as crenças no *laissez-faire*, no sindicalismo ou em um sistema federal de segurança social. Sair na véspera do Ano Novo para soltar um rojão é uma instituição. Da mesma forma o foram a ideologia comunista na União Soviética e o anticomunismo nos Estados Unidos. A vida econômica, diziam os institucionalistas, é controlada pelas instituições econômicas, não pelas leis econômicas. O comportamento social do grupo e os padrões de pensamento que o influenciam estão mais ligados à análise econômica do que o individualismo enfatizado na teoria marginalista. Os institucionalistas estavam especialmente interessados em analisar e reformar as instituições de crédito, monopólio, ausência de propriedade², relações de gerenciamento do trabalho, seguridade social e distribuição de renda. Eles defendiam o planejamento econômico e a mitigação das atividades do ciclo comercial.
- **Abordagem evolutiva de Darwin.** O método evolutivo deve ser usado na análise econômica, porque a sociedade e suas instituições estão em constante mudança. Os institucionalistas dis-

2. N.R.T. Propriedade coletiva. Ausência de propriedade privada.

cordavam do ponto de vista estático que procurava descobrir verdades econômicas eternas sem considerar as diferenças de tempo e lugar, sem levar em conta as mudanças que estavam ocorrendo com frequência. Em vez de perguntar “O que é isso?”, os institucionalistas perguntavam “Como chegamos aqui e para onde estamos indo?” A evolução e o funcionamento das instituições econômicas deveriam ser o tema central da economia. Essa abordagem exige conhecimento não só de economia, mas também de história, antropologia cultural, ciência política, sociologia, filosofia e psicologia.

- **Rejeição da idéia de equilíbrio normal.** Em vez da idéia de equilíbrio, os institucionalistas enfatizavam o princípio de causalidade circular ou mudanças cumulativas que podem ser salutaras ou prejudiciais para a busca das metas econômicas e sociais. Os desajustes da vida econômica não representam o abandono do equilíbrio normal, mas são normais. Antes da Segunda Guerra Mundial, o desajuste mais significativo foi a queda brusca dos negócios. Então, os problemas de desenvolvimento econômico tornaram-se o centro das atenções. No final da década de 1970, o problema tornou-se estagflação, a ocorrência simultânea de inflação e desemprego, enquanto na metade da década de 1980 surgiram os problemas de déficits comerciais e déficits orçamentários do governo. Os institucionalistas estavam convencidos de que os controles coletivos exercidos pelo governo são necessários para corrigir e superar continuamente as deficiências e os desajustes da vida econômica.
- **Choques de interesses.** Em vez da harmonia de interesses que a maioria de seus contemporâneos e predecessores deduziu de suas teorias, os institucionalistas reconheceram sérias diferenças de interesses. Eles diziam que as pessoas colaboram, são criaturas cooperativas. Elas se organizam em grupos em nome do interesse individual dos membros, que se torna o interesse comum do grupo. No entanto, existem choques de interesses entre grupos — por exemplo, grandes empresas contra pequenas empresas, consumidores contra produtores, fazendeiros contra moradores da cidade, patrões contra empregados, importadores contra produtores domésticos e fabricantes contra aqueles que lhes emprestam dinheiro. Aqui, novamente, um governo imparcial e representativo deve reconciliar ou sobrepujar os interesses conflitantes para o bem comum e para que o sistema econômico funcione de maneira eficiente.
- **Reforma democrática e liberal.** Os institucionalistas aderiram aos princípios reformistas a fim de realizar a distribuição mais equilibrada de bens e de renda. Eles negavam que os preços de mercado eram índices adequados do bem-estar social e individual e que os mercados não-regulados levam à alocação eficiente de recursos e a uma justa distribuição de renda. Os institucionalistas condenavam invariavelmente o *laissez-faire* e eram a favor de uma participação maior do governo nos assuntos econômicos e sociais.
- **Rejeição da psicologia prazer-esforço.** Os institucionalistas repudiavam as bases de Benthamite para a análise econômica. Eles buscavam uma melhor psicologia, e alguns deles incorporaram as idéias de Freud e as comportamentais em seus pensamentos.

Quem o institucionalismo beneficiou ou procurou beneficiar?

A escola personificou o desejo da classe média por uma reforma em uma era de crescimento das grandes empresas e do capitalismo dos banqueiros. Ela representava as necessidades e os interesses das pequenas empresas agrárias e dos grupos de trabalhadores. Os funcionários públicos, os reformistas, os humanitários, os líderes das organizações dos consumidores e os membros dos sindicatos estavam encantados com as idéias institucionalistas, nas quais colocavam a esperança de mudar os rumos das empresas comerciais particulares, a favor de seus interesses. Muitos acadêmicos de campos diferentes da economia elogiavam a ênfase interdisciplinar dos institucionalistas e sua defesa da mudança social.

Como a escola institucionalista foi válida, útil ou correta na sua época?

Os institucionalistas desafiaram o desenvolvimento da ortodoxia rígida no pensamento econômico. Muitas das críticas à teoria ortodoxa eram válidas e ajudaram a rever esse tipo de teoria para torná-la mais sustentável. A ênfase dada pelos institucionalistas à observância da economia como um todo, como parte de um processo evolutivo e em uma definição institucional, acrescentou elementos de realismo à análise econômica.

Os institucionalistas despertaram tardiamente, mas de forma profunda e duradoura, a preocupação com os ciclos comerciais e os monopólios. Promoveram um movimento reformista que removeu eficientemente muitas das arestas do capitalismo. Em um mundo em que o conhecimento estava cada vez mais fragmentado e compartimentado, eles ansiavam por uma integração mais íntima das ciências sociais. A ênfase dada por alguns de seus membros aos estudos indutivos reduziu o espaço existente entre a teoria e a prática econômica. A coleta e a análise de dados estatísticos tornaram-se populares nos círculos do governo, entre organizações de pesquisa particulares, sem fins lucrativos, em organizações comerciais e de trabalhadores e entre economistas individuais. O National Bureau of Economic Research, fundado por Wesley C. Mitchell e por outros em 1920 e dirigido por ele durante muitos anos, é um monumento a esse método.

Quais dogmas da escola institucionalista se tornaram contribuições duradouras?

A perspectiva mais ampla que os institucionalistas defendiam tornou-se uma realidade dentro da tendência econômica atual, com o surgimento e a grande aceitação da macroeconomia de Keynes. De fato, com seu método agregado, suas prescrições para a estabilização da economia e sua atração para os liberais políticos, o keynesianismo e o pós-keynesianismo tenderam a cooperar e supervalorizar o institucionalismo.

Os movimentos reformistas promovidos pelos institucionalistas permanecem vivos hoje. Pequenos passos em direção ao planejamento econômico nacional de objetivos limitados, como, por exemplo, a conservação, o emprego e a concorrência internacional, estão alinhados com o pensamento institucionalista. A proteção legal ao sindicalismo, ao seguro social e ao salário mínimo e a regularização das horas máximas de trabalho são heranças do desafio institucionalista ao pensamento econômico ortodoxo.

Com o grande crescimento do interesse pelos problemas do desenvolvimento econômico, nova ênfase desse campo da economia foi dada à influência do ambiente institucional nas relações econômicas. Por sua natureza, os problemas de desenvolvimento econômico envolvem diversos fatores culturais e são dinâmicos e evolucionários. As contribuições duradouras dos institucionalistas também são encontradas em outros campos, como, por exemplo, as relações trabalhistas, o direito e as organizações econômicas e industriais. Ironicamente, algumas dessas contribuições neoclássicas mais inovadoras nas três últimas décadas consistem em uma nova análise institucional. Por exemplo, os economistas ortodoxos analisaram instituições divergentes, como os direitos de propriedade, a velhice, as políticas de aposentadoria e a família. Mas, diferentemente dos institucionalistas antigos, esses novos teóricos procuraram determinar a racionalidade econômica das instituições — a lógica econômica que é a base desse aparecimento e de que forma sua presença contribui no momento para a eficiência econômica ou a prejudica.

Os economistas institucionais tradicionais ainda marcam sua presença nos Estados Unidos hoje. A Association for Evolutionary Economics é composta principalmente de economistas orientados a métodos institucionais, a perspectivas políticas ou a ambos. A organização se reúne regularmente e publica o *Journal of Economic Issues*. No entanto, a penetração geral do institucionalismo na atual tendência da economia permanece modesta. Sob esse assunto, a avaliação de R. A. Gordon é uma verdade hoje, assim como o foi há três décadas:

Está claro (...) que o que passa pela economia ortodoxa é hoje mais institucional do que era antes, digamos da Grande Depressão. (...) No entanto, em um sentido importante, o núcleo central da teoria econômica é tão "não-institucional" como era na época de Veblen. *Foundations*, de Samuelson, ou *Value and capital*, de Hicks, são desenvolvidas muito mais de um vazio institucional do que *Principles*, de Marshall. Economistas com tendências teóricas, com algumas exceções, não apreciam o estudo das organizações institucionais ou o desenvolvimento institucional [eles deixam isso para os historiadores e sociólogos]. Apesar de alguns dos novos desenvolvimentos na teoria da firma e do seu comportamento mercadológico e dos indivíduos, a teoria da microeconomia ainda está preocupada com o tipo de "equilíbrio" que Veblen criticou tão severamente³.

A seguir, voltamos para Thorstein Veblen, o gênio enigmático e meditativo considerado o fundador da escola institucionalista.

THORSTEIN BUNDE VEBLEN

Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), filho de imigrantes noruegueses, nasceu em uma fazenda fronteiriça em Wisconsin e foi criado na zona rural de Minnesota. Estudou no Carleton College, Minnesota, onde foi aluno de J. B. Clark. Foi concluir sua graduação em Johns Hopkins, onde não conseguiu obter uma bolsa de estudos, e em Yale, onde recebeu o doutorado em filosofia. Porém, não havia nenhum cargo acadêmico para ele, principalmente porque tinha opiniões agnósticas em uma época em que um nível de teologia era considerado um pré-requisito para se lecionar filosofia.

3. Citado em Joseph Dorfman et al. *Institutional economics: Veblen, Commons and Mitchell reconsidered*. Berkeley, CA: University of California Press. 1963. p. 136-137.

Veblen recebeu uma bolsa de estudos para pesquisas em Cornell e na Universidade de Chicago para o trabalho de pós-doutorado. Tornou-se o editor do *Journal of Political Economy* em Chicago. Veblen nunca conseguiu o posto de professor titular, apesar de seus 11 livros e de sua grande reputação mundial.

Devido a problemas matrimoniais, indiferença por parte da maioria de seus alunos, envolvimento com mulheres e técnicas de ensino insatisfatórias, ele teve de se mudar de várias faculdades. Depois de Chicago, ele lecionou em Stanford, na Universidade de Missouri e na New School for Social Research. Em 1918, trabalhou por pouco tempo para a Food Administration, em Washington, D.C., e exerceu o cargo de editor do jornal *The Dial*. Um antigo aluno o ajudou financeiramente em seus últimos anos. Ele morreu em agosto de 1929, alguns meses antes da grande quebra da bolsa e do início da depressão que ele previra.

Veblen era um homem amargo, cético, pessimista e solitário. Seus livros, embora escritos de maneira enfadonha e obscura, estão repletos de destreza, sabedoria e ataques sarcásticos às virtudes da classe média. Por exemplo, em uma nota de rodapé em *The theory of business enterprise*, ele definiu o esnobismo com uma insinuação primorosa de sua perspicácia:

"Esnobismo" é aqui utilizado sem desrespeito, como um termo conveniente para denotar o elemento de peso envolvido na busca por genialidade, por parte de pessoas cuja reputação social habitual é menos alta ou menos autêntica do que suas aspirações⁴.

A classe ociosa

O primeiro e mais popular livro de Veblen foi *The theory of the leisure class*, publicado em 1899. A classe ociosa é caracterizada por um consumo conspícuo⁵, uma propensão a evitar o trabalho útil e conservadorismo.

Consumo conspícuo. Veblen defendia que a classe ociosa está comprometida com a obtenção predatória de bens, sem trabalhar por eles. Aqueles que acumulam bens não o fazem simplesmente para cuidar de suas necessidades físicas ou espirituais, estéticas e intelectuais. Em vez disso, desejam consumir de uma maneira que exiba sua riqueza, porque mostrá-la indica poder, prestígio, honra e sucesso em nossa cultura monetária. Para que possa ser respeitado, esse consumo precisa ser devastador. As pessoas mais pobres precisam trabalhar para sobreviver, mas mesmo seu padrão de gasto inclui um elemento de consumo conspícuo esbanjador. Sua visão de vida é imposta pela classe ociosa dominante.

De acordo com Veblen, as mulheres podem ser especialmente úteis para exibir a riqueza e a importância que os homens têm. Usando roupas e sapatos caros que as impedem de fazer um trabalho útil, as mulheres deixam visível que são sustentadas por homens ricos. Atrapalhadas por longas unhas, por penteados incômodos e saias delicadas, algumas delas deixam cada vez mais evidente que são mulheres da classe ociosa, "mantidas" por homens da classe ociosa.

O grande lustro do chapéu de um cavalheiro ou do sapato de couro envernizado, dizia Veblen, não tem beleza mais intrínseca do que o brilho semelhante em uma luva puída. As flores

4. Thorstein Veblen. *The theory of business enterprise*. Nova York: Scribner's, 1904. p. 388.

5. N.R.T. Veblen entendia que a classe ociosa vivia em uma "cultura predatória".

que são cultivadas com dificuldade e que, portanto, são caras não são necessariamente mais bonitas do que aquelas que crescem sem cultivo ou com pouco cuidado. Para cultivar gramados, pastos e parques, as vacas são mais úteis que os veados, mas estes são preferidos porque são mais caros, menos funcionais e não são vulgarmente lucrativos⁶.

Uma pessoa pode se entreter com muitas das modernas evidências do consumo conspícuo de Veblen. Os desfiles anuais de iate, assistidos com admiração por milhares de marinheiros, são comuns em muitas cidades costeiras nos Estados Unidos. Uma pele bronzeada em pleno inverno na parte norte do país sugere que a pessoa passou suas férias em um refúgio na praia (onde provavelmente seu relógio de ouro de \$ 9.000 é necessário para nadar ou mergulhar). Para aqueles que não fazem parte da classe ociosa, mas que gostariam que as outras pessoas pensassem que fazem, surgiu o bronzeamento artificial. Porsches e Mercedes tornaram-se tão comuns que os membros da classe ociosa tiveram de mudar para Rolls-Royces e Bentleys.

19-1

Propensão a evitar o trabalho útil. Os membros da classe ociosa devem evitar o trabalho útil e produtivo. Eles devem se permitir apenas tarefas inúteis e esbanjadoras se desejarem permanecer respeitados.

Essas ocupações são práticas governamentais, esportistas, religiosas e de guerra. Pessoas indevidamente inclinadas a precisões teóricas podem defender que essas ocupações ainda são incidental ou indiretamente "produtivas", mas deve-se considerar decisiva a questão de que o motivo comum e aparente para a classe ociosa se enquadrar nessas ocupações indubitavelmente não é um aumento de riqueza por esforço produtivo. Nesse momento, assim como em qualquer outra fase cultural, o governo e a guerra são, pelo menos em parte, exercidos para o ganho monetário daqueles que os assumem; mas é o ganho obtido pelo método honorífico de confisco e conversão. Essas ocupações têm natureza de emprego predatório, não produtivo⁷.

Veblen dizia que a força e a fraude estão presentes hoje, da mesma forma que estavam entre o povo bárbaro. Nós as encontramos na luta moderna, nos negócios, nos esportes e nos jogos:

A estratégia e a astúcia são elementos invariavelmente presentes em jogos e também em perseguições e atividades bélicas. Em todas essas aplicações, a estratégia tende a desenvolver-se com destreza e sofisma. O sofisma, a falsidade, a intimidação ocupam um lugar bem seguro no método de conduta de qualquer competição atlética e em jogos em geral. A utilização habitual de um árbitro e as regulamentações técnicas das atas que controlam os limites e os detalhes das faltas permitidas e vantagens estratégicas atestam o fato de que as práticas fraudulentas e as tentativas de enganar um oponente não são características acidentais do jogo. Na natureza do caso, o hábito do esporte deve levar a um desenvolvimento mais completo da

6. Esse argumento inspirou H. L. Mencken a escrever: "O genial professor, ponderando seus grandes problemas, alguma vez já percorreu o país? E, no curso dessa caminhada, ele já cruzou um pasto habitado por uma vaca? E, ao fazer essa caminhada, já passou perto da vaca? E tendo passado por perto dela, já parou descuidadamente e —".

7. Thorstein Veblen. *The theory of the leisure class*. Nova York: Random House, Modern Library Edition, 1943. p. 40. [Publicado originalmente em 1899.]

aptidão para a fraude, e a predominância na comunidade desse temperamento predador que inclina os homens aos esportes indica um domínio de prática acentuada e insensível desrespeito ao interesse dos outros⁸.

Conservadorismo. Veblen defendia que a evolução da estrutura social era um processo de seleção natural de instituições. O progresso pode ser atribuído à sobrevivência dos hábitos de pensamento mais adequados e à adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente em mudança. As instituições devem mudar com a mudança das circunstâncias. O desenvolvimento dessas instituições representa o desenvolvimento da sociedade. Infelizmente, existe um conflito entre as crenças atuais (instituições cerimoniais) e as exigências atuais (instituições tecnológicas dinâmicas), devido ao atraso cultural no processo de mudança:

A situação de hoje molda as instituições de amanhã por meio de um processo seletivo e coercivo, atuando na visão natural que o homem tem das coisas e, assim, alterando ou fortalecendo um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado. As instituições — o que equivale dizer os hábitos do pensamento —, sob cuja orientação os homens vivem, são herdadas de um período anterior. (...) As instituições são produtos do processo antigo, estão adaptadas a circunstâncias do passado e, portanto, nunca estão de total acordo com as exigências do presente. (...) Ao mesmo tempo, os hábitos de pensamento atuais dos homens tendem a persistir indefinidamente, exceto em circunstâncias que exigem mudança. Essas instituições herdadas, esses hábitos de pensamento, pontos de vista, atitudes mentais e aptidões e tudo o mais são, portanto, um fator conservador. Esse é o fator de inércia social, inércia psicológica, conservadorismo. (...) A evolução da sociedade é substancialmente um processo de adaptação mental por parte de indivíduos sob o estresse das circunstâncias que não tolerarão mais os hábitos de pensamento formados sob um conjunto diferente de circunstâncias no passado e de acordo com elas⁹.

Uma parte ou uma classe da sociedade que está protegida contra as forças ambientais adaptará seus pontos de vista mais lentamente à nova situação geral e, portanto, retardará o processo de mudança social. A rica classe ociosa está protegida nessa posição em relação às forças econômicas que contribuem para as mudanças ou os ajustes. A atitude característica dessa classe é indicada na máxima "Seja o que for, está certo". Mas, a lei de seleção natural, quando aplicada às instituições humanas, afirma que "Seja o que for, está errado". Isto é, as instituições estão erradas até certo ponto, do ponto de vista evolucionário, porque não mudam suficientemente rápido para entrar em sintonia com sua época.

Ataques à economia neoclássica

A teoria de Veblen sobre a classe ociosa constituiu um ataque à economia neoclássica, que assumia que os consumidores são soberanos. Com sua "devoção ao dólar", os consumidores determinam a composição das mercadorias produzidas e, conseqüentemente, a alocação dos recursos da sociedade que vão maximizar o bem-estar. Mas, se uma parte do consumo é feita

8. Idem, ibidem, p. 273-274.

9. Idem, ibidem, p. 190-192.

19-1

O Passado como Preâmbulo

OS BENS DE VEBLEN E AS CURVAS DA DEMANDA ASCENDENTES

Embora Thorstein Veblen fosse um crítico famoso da economia neoclássica, sua teoria de que alguns consumidores compram bens luxuosos principalmente para atender ao apelo de seu consumo conspícuo foi integrada à análise neoclássica. Por exemplo, algumas pessoas compram automóveis caros com a finalidade de exibir sua riqueza. Possuir esses carros caros aparentemente confere *status*, uma fonte de utilidade independente da utilidade intrínseca dos carros.

Em um clássico artigo de 1950, Harvey Leibenstein (1922-1993) afirmou que "a utilidade derivada de uma unidade de uma mercadoria utilizada para fins de consumo conspícuo depende não só das qualidades inerentes dessa unidade, mas também do preço pago por ela". Isto é, um "bem de Veblen" produz não apenas a utilidade intrínseca, mas também a utilidade do consumo conspícuo, essa diretamente relacionada ao preço.

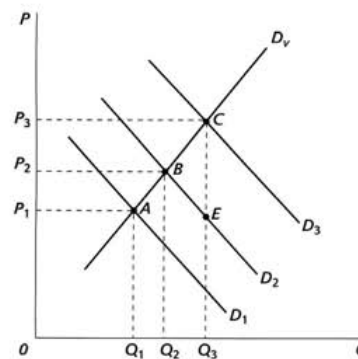
A figura que se segue mostra a essência da análise de Leibenstein. As curvas da demanda descendentes D_1 , D_2 , D_3 são obtidas permitindo que o preço do produto mude enquanto se assume que a

utilidade do consumo conspícuo seja constante em cada curva. A curva D_2 , por exemplo, mostra que esse consumidor comprará mais do produto quando o preço cair, se a utilidade do consumo conspícuo associada à curva D_2 não mudar. A curva D_3 representa maior utilidade do consumo conspícuo do que D_2 , mas assim como a curva D_2 , é obtida mantendo constante o maior nível dessa utilidade quando o preço muda.

No entanto, a utilidade do consumo conspícuo para os bens de Veblen *não* é constante quando o preço muda; ela cai quando o preço diminui e aumenta quando o preço aumenta. Por exemplo, essa utilidade poderia cair se o preço de automóveis caros caísse pela metade. Na figura, uma redução no preço de P_3 para P_2 diminui a utilidade do consumo conspícuo e transfere a curva da demanda convencional da esquerda de D_3 para D_2 . Uma redução no preço de P_2 para P_1 diminui ainda mais a utilidade do consumo conspícuo do bem, transferindo a curva de demanda convencional da esquerda de D_2 para D_1 .

Na análise de Leibenstein, uma queda no preço do produto gera um efeito de preço padrão e um efeito de Veblen. Considerado isoladamente, o efeito de preço padrão (constante da utilidade do consumo conspícuo) de uma queda de preço P_3P_1 é mostrado como a curva da demanda ascendente D_v , de B para E , e um aumento na quantidade demandada de Q_2 para Q_3 . O efeito de Veblen é mostrado como a alteração para a esquerda da demanda de D_2 para D_1 e a redução na quantidade demandada de E para A (ou de Q_3 para Q_1). Nesse caso, o efeito de Veblen de EA suplanta o efeito de preço padrão de BE ; uma redução no preço produz um aumento líquido na quantidade demandada de BA . Outros casos podem produzir resultados bem opostos. Assim, um declínio no preço aumentaria a quantidade demandada, mesmo para um bem de Veblen.

Observe que reduções de preço de P_3 para P_2 e para P_2 para P_1 na figura produzem reduções líquidas na quantidade demandada de Q_3 para Q_2 e para Q_2 para Q_1 . Assim, nesse caso, ABC traça uma curva da demanda real positiva. D. Preços mais baixos levam a con-



a. LEIBENSTEIN, Harvey. Bandwagon, snob, and Veblen effects in the theory of consumer demand. *Quarterly Journal of Economics*, n. 62, p. 203, maio de 1950.

sumidores a reduzir suas compras desse bem de Veblen. Presumivelmente, os consumidores mudam para outros bens de luxo, cujos preços e utilidade de consumo conspícuo não decaíram. Como outra opção, uma elevação no preço aumentaria tanto a utilidade do consumo conspícuo desse bem que os consumidores comprariam mais unidades dele.

Quão realistas são as curvas da demanda ascendentes para os bens de Veblen? Curvas da demanda *individuais* desse tipo podem existir para alguns bens, mas não foi identificada nenhuma curva da demanda positiva de *mercado* para os bens de Veblen. Embora alguns consumidores possam reduzir seu volume de compras de alguns bens luxuosos quando o preço do produto cai, muitos

outros compradores entram no mercado para comprar o bem. Para esses novos compradores, o valor da utilidade intrínseca do bem excede o preço mais baixo. O resultado líquido é o padrão: a quantidade demandada cresce quando o preço do produto cai. No mundo real, o efeito de Veblen não anula a lei da demanda de mercado decrescente.

Todavia, a discussão de Veblen sobre o consumo conspícuo e a análise de Leibenstein sobre a utilidade do apelo desse produto são importantes. Assim também como o não-relacionado conceito de um bem de Giffen (Capítulo 18), a noção de um bem de Veblen explica o motivo pelo qual alguns indivíduos podem apresentar curvas da demanda ascendentes para determinados produtos.

principalmente para impressionar os vizinhos, que procuram desforrar-se comprando itens semelhantes para manter seu *status* relativo, o governo deveria ter a capacidade de melhorar o bem-estar geral restringindo o consumo "esbanjador" das pessoas. Conforme apontavam Breit e Ransom, "assim, ao transformar o homem econômico em homem social, Veblen perturbou as implicações das políticas do *laissez-faire* da teoria neoclássica sobre o consumo"¹⁰.

Veblen também atacou diretamente o pensamento neoclássico. Por exemplo, ele declarou que o sistema de John Bates Clark era estático e, conseqüentemente, inútil e que sua "dinâmica" era essencialmente uma condição estática desajustada. Veblen considerava que o sistema de Clark baseava-se na visão pré-evolucionária da lei natural e da normalidade — uma visão que impedia a conscientização da mudança cumulativa. O hedonismo da escola econômica dominante teria

um grupo de insulanos das Ilhas Aleútas se sujando todo na lama e surfando com rastelos e fórmulas mágicas para capturar moluscos. (...) para conseguir a façanha do equilíbrio hedonístico em rendimento, salários e juros. E isso é tudo o que existe para ele. De fato, para a teoria econômica desse tipo, isso é tudo o que existe para a situação econômica. As magnitudes hedonísticas variam de uma situação para outra, mas, com exceção das variações nos detalhes aritméticos do equilíbrio hedonístico, todas as situações são, na visão da teoria econômica, substancialmente semelhantes¹¹.

O hedonismo pressupõe pessoas inteligentes e racionais que agem rápida e calmamente de acordo com sua expectativa de prazer ou esforço. Elas são perspicazes e sagazes:

A concepção hedonística do homem é a de um calculador rápido de prazeres e esforços que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo de felicidade sob o impulso de estímulos que

10. William Breit e Roger L. Ransom. *The academic scribblers*. Ed. rev. Chicago, IL: Dryden, 1982, p. 39.

11. Thorstein Veblen. *The place of science in modern civilization and other essays*. Nova York: Heubsch, 1919, p. 193.

o mudam de uma área para outra, mas o deixam intacto. Ele não tem nem antecedentes nem conseqüências. É uma condição humana definitiva e isolada, em equilíbrio estável, exceto para os contratempos das forças influentes que o deslocam de uma direção para outra. Auto-imposto no espaço natural, gira simetricamente sobre seu eixo espiritual até que o paralelogramo de forças caia sobre ele, depois do que ele segue a linha da resultante. Quando a força do impacto é gasta, ele descansa, um glóbulo reservado de desejos, como antes. Espiritualmente, o homem hedonístico não é um motor principal. Ele não é a base de um processo de vida, exceto quando está sujeito a uma série de permutação imposta a ele por circunstâncias externas e hostis¹².

Com efeito, Veblen também acusou os neoclássicos de sustentar o esquema atual da distribuição de bens e de renda. Ele achava que a teoria padrão não é verdadeiramente uma teoria de nada, mas apenas folclore ou teologia utilizada para justificar a propriedade privada e as rendas da propriedade. A economia comercial foi desenvolvida para defender a comunidade comercial, e as questões que ela levanta e procura responder não são relevantes à população como um todo. Veblen preocupava-se com a economia social em vez de se preocupar com a economia comercial de preço, lucro e propriedade.

Finalmente, é interessante observar que Veblen atacava a noção de concorrência perfeita, que depois dominou a teoria econômica padrão. Ele reconhecia que a maioria dos homens de negócios tinha certo controle monopolístico sobre os preços que cobrava e que utilizava a propaganda para reforçar sua posição no mercado. Essa análise, publicada em 1904, prenunciou o surgimento da teoria da concorrência monopolística em 1933 (Capítulo 17)¹³.

Instinto para o trabalho

Veblen acreditava que o trabalho não é sempre cansativo; caso contrário, a sobrevivência da raça humana seria prejudicada. O grande triunfo da humanidade sobre as outras espécies na luta pela sobrevivência tem sido a capacidade de controlar as forças ambientais. Não é a inclinação das pessoas ao *esforço*, mas ao *empreendimento* que realmente interessa. Quando não estão atormentadas pelo excesso de trabalho, as pessoas não têm aversão a ele, mas apresentam um instinto para o trabalho que as leva ao bem-estar material da raça e ao seu sucesso biológico. As pessoas, inerentemente, desejam trabalhar e fazem isso bem. Elas censuram o desperdício. Aliado ao instinto de paternidade, igualmente importante, o instinto para o trabalho impele a geração atual a melhorar a vida para a posteridade. Basicamente, tentamos evitar a ganância e a indolência, educamos e treinamos nossas crianças, melhoramos a tecnologia e conservamos nossos recursos — tudo devido ao nosso instinto para o trabalho e ao nosso desejo de sustentar nossos descendentes. Esse instinto entra em conflito com a antipatia convencional ao esforço inútil, mas é a força dominante, especialmente entre a grande massa de artesãos, fazendeiros e especialistas em tecnologia.

A produção e o comércio de artesanato em pequena escala gradualmente deram lugar a grandes empresas capitalistas. Antigamente, o mercado era limitado e as empresas eram administradas tendo em vista o ganho para o sustento. O sistema industrial moderno tem como suas

12. Idem, *ibidem*, p. 73-74.

13. Uma afirmação clara das opiniões de Veblen sobre esse assunto pode ser encontrada em seu livro *The theory of business enterprise*, op. cit., p. 53-55.

principais características o processo automatizado e o investimento para a obtenção de lucro. O crescimento dos mercados e dos investimentos criou novas oportunidades para a manipulação perspicaz. À medida que os donos das indústrias aumentam seu domínio, seus interesses divergem cada vez mais dos interesses do restante da comunidade. Em vez de se interessar pela produção de bens, eles se interessam principalmente em aumentar os lucros.

O lugar dos homens de negócios na economia natural é "ganhar dinheiro" e não produzir bens. A produção de bens é um processo mecânico, secundário ao processo de ganhar dinheiro, uma vez que ganhar dinheiro é uma operação monetária, realizada por meio de negociação e venda, e não por dispositivos e forças mecânicas. (...) A maior conquista comercial é o método mais direto de se obter algo por nada¹⁴.

Embora os dois objetivos talvez coincidam, a produção de bens é simplesmente um meio de se obter lucro e, quando os dois objetivos entram em conflito, o primeiro é sacrificado em benefício do último. Se necessário, as coalizões de grandes empresários, as *holdings* de empresas e outros tipos de monopólios são organizados para limitar a produção e aumentar os preços. Quando ganhar dinheiro tem prioridade sobre produzir bens, o instinto para o trabalho representa um obstáculo, porque a produção passa a ser taxada em termos de oportunidades de venda. Os proprietários ausentes, que estão no controle, dificultam o aumento de produção de bens que ocorreria de outra maneira. Essa manipulação impede que os preços caiam. Eles forçam a entrada dos trabalhadores e do capital nos setores mais competitivos da economia, piorando, assim, a situação ali. Eles lucram com os problemas do sistema que podem impedir a produção. Se a economia está instável, crescem as oportunidades de lucro. O operador perspicaz pode ganhar dinheiro com a alta na bolsa de valores durante o crescimento do ciclo comercial e com a baixa durante a queda. O progresso é dificultado pela empresa grande, que está mais interessada na oportunidade de venda dos bens do que na possibilidade de atender às necessidades da sociedade. As pessoas que se interessam pelos problemas de preço em vez de se interessarem pela produção incluem os empresários do comércio e seus assistentes — vendedores, contadores, publicitários e assim por diante.

Ciclos comerciais e de crédito

De acordo com Veblen, o crédito desempenha um papel importante na economia moderna. O empréstimo de dinheiro pode aumentar os lucros, desde que a taxa atual de ganhos no comércio exceda a taxa de juros. Sob condições competitivas, o que é lucrativo para um empresário torna-se compulsório para todos os concorrentes. Aqueles que aproveitam a vantagem das oportunidades oferecidas pelo crédito estão em uma posição de revender para aqueles que não aproveitam. O recurso do crédito torna-se, assim, difundido e típico. A capacidade de ganhos competitivos de uma empresa depende do capital inicial mais os fundos emprestados que esse capital vai suportar. O uso competitivo do crédito em operações comerciais prolongadas oferece a uma empresa vantagem diferencial contra os outros concorrentes, mas a expansão do crédito não tem

14. Thorstein Veblen. *The vested interests and the common man*. Nova York: Viking, 1946. p. 91-94. [Publicado originalmente em 1919.]

nenhum efeito agregado sobre os ganhos ou o total da produção industrial. De fato, os lucros líquidos agregados da indústria são reduzidos pelo total de juros que precisa ser pago aos credores fora do processo industrial.

Por que a expansão do crédito não tem efeito sobre os ganhos totais ou a produção industrial? Não é verdade que os fundos emprestados representam propriedade? Essa propriedade não será convertida em uso produtivo arrastando para o processo industrial, direta ou indiretamente, os itens de bens materiais que esses fundos representam? Não, respondia Veblen. Embora os empréstimos possam ser cobertos pela propriedade mantida por quem concede o empréstimo, ela pode ficar comprometida de outra forma. Os bens imóveis podem sustentar empréstimos mesmo que não possam ser convertidos em bens industriais. Os empréstimos que são concedidos com base em ações corporativas ou em fábricas duplicam os itens materiais que já fazem parte do processo industrial.

Obviamente, Veblen rejeitava o fato de que o crédito bancário permite que as empresas mobilizem uma oferta pelo trabalho entre aqueles que estão desempregados, subempregados ou os autônomos (por exemplo, artesãos e fazendeiros). A entrada do trabalho nos grandes estabelecimentos industriais aumenta a produção total. Da mesma forma, o crédito permite mobilização de matéria-prima e equipamento capital e a expansão da oferta. Ele amplia o mercado e estimula a maior produção. As críticas de Veblen acerca do crédito seriam válidas somente se as ofertas dos fatores de produção e dos produtos finais fossem perfeitamente fixas e não pudessem se expandir prontamente.

As opiniões de Veblen sobre o crédito o levaram diretamente à sua teoria do ciclo comercial. A extensão do crédito permite que os empresários concorrentes subam os preços dos bens de capital utilizados na indústria. Quando o valor do dólar aumenta, esses bens servem como garantia para outra extensão do crédito. A extensão dos empréstimos nas garantias, como ações ou imóveis, possui um caráter cumulativo. O crédito aumenta cada vez mais com a organização de monopólios, porque o aumento esperado nos lucros de monopólios e a reputação imputada das novas corporações também são capitalizados nos preços das apólices emitidas.

Essa extensão de crédito cumulativa é firmada sobre uma base instável. Mais cedo ou mais tarde, surgirá uma discrepância entre o valor do dinheiro da garantia e o valor capitalizado da propriedade computada sobre os ganhos esperados. Em outras palavras, o aumento nos ganhos não acompanhará o aumento no valor nominal do capital (capital mais empréstimos). Quando essa discrepância se torna óbvia, inicia-se um período de liquidação. Junto com a liquidação, a crise industrial é acompanhada por supressão de crédito, altas taxas de desconto, queda de preços, vendas forçadas, diminuição da capitalização e redução da produção. O credor toma propriedades comerciais, consolidando a propriedade e o controle em poucas mãos.

Os trabalhadores se beneficiam durante a prosperidade, não através de níveis mais altos de salários, mas por mais empregos. Quando o nível geral dos preços aumenta, o aumento do custo de vida reduz as taxas reais de salários. Lentamente, os salários aumentam em resposta ao aumento dos preços dos bens, e isso ajuda a colocar um fim à prosperidade, porque as margens de lucro se retraem e os valores do capital caem.

Veblen acreditava que a discrepância entre a capitalização e a capacidade de ganhos é crônica, desde que nenhuma circunstância externa entre temporariamente para anular a tendência dos assuntos comerciais. Portanto, a depressão crônica, mais ou menos pronunciada, é normal

sob o regime totalmente desenvolvido da indústria de equipamentos. Porém, as crises econômicas são temporariamente superadas por meio de aumentos especulativos de preços, novas descobertas de metais preciosos e aumento de crédito. A promoção deliberada do monopólio pode restaurar a lucratividade das empresas, restringindo a produção e aumentando os preços, alinhando, assim, a capitalização aceita com a capacidade de ganhos reais. Se houver sucesso, o monopólio neutralizará o barateamento de bens e serviços afetados pelo progresso industrial atual.

A redução dos lucros e a depressão crônica podem ser solucionadas com um aumento no consumo esbanjador e não-produtivo de bens e também com o monopólio. Mas, o gasto esbanjador privado em uma escala adequada para contrabalançar a produtividade de excedente da indústria moderna está praticamente fora de questão:

A iniciativa privada não pode acompanhar o desperdício de bens e de serviços até o ponto exigido pela situação comercial. O desperdício privado é, sem dúvida alguma, grande, mas os princípios comerciais, que levam à economia e aos investimentos perspicazes, estão muito arraigados nos hábitos dos homens modernos para admitir a lentidão efetiva da taxa de economia. Algo mais deve ser feito e, de fato, está sendo feito eficientemente pelos governos civilizados em matéria de desperdício. Força militar, edifícios públicos, estabelecimentos diplomáticos requintados etc. são, de um modo geral, desperdícios, no que se refere à questão atual. (...) Mas, por mais extraordinário que possa ter sido esse desperdício público de recursos, ele está aparentemente inadequado ao deslocamento da produtividade excedente da indústria de equipamentos, particularmente quando essa produtividade é suportada pela grande facilidade de que a moderna organização comercial oferece para o acúmulo de poupança em relativamente poucas mãos¹⁵.

Solução: Conselho de técnicos

De acordo com Veblen, então, há um conflito entre a indústria, que produz bens, e o comércio, que produz lucros; entre produzir bens e ganhar dinheiro; entre o instinto para o trabalho e as considerações monetárias; entre a comunidade livre e os proprietários ausentes, os donos das indústrias; entre a necessidade de estabilidade e a extensão do crédito; entre os compradores, que desejam mais bens a preços mais baixos, e os monopolistas, que oferecem menos bens a preços mais altos; entre a necessidade de mudança social e o conservadorismo de padrões de pensamento e de ação humanos; entre atender às necessidades básicas das pessoas, que é possível, e atender o desejo do consumo conspícuo, que não deve satisfazer a demanda por bens enquanto cada um tentar se distinguir dos outros em consumo esbanjador.

Qual é a solução para as dificuldades trazidas pelas grandes empresas comerciais modernas? Veblen, ao mesmo tempo, criticava e apoiava o socialismo, mas, definitivamente, não era um socialista. Ele atacou a teoria do valor do trabalho de Marx como sendo, na melhor das hipóteses, tautológica e, no pior caso, uma mistificação divertida não comprovada. Ele renegava a alegação socialista de que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O sistema existente, dizia ele, não tornou os trabalhadores mais pobres quando considerado de forma absoluta, mas tende a torná-los relativamente mais pobres em termos da importância econômica comparativa. A sociedade moderna intensifica a rivalidade e a inveja, que levam ao desconforto e contribuem

15. Veblen, *The theory of business*, op. cit., p. 255-257.

para o socialismo. Com a abolição da propriedade privada, a natureza humana poderia encontrar atividades mais nobres e socialmente mais úteis do que competir uns com os outros.

Veblen acreditava que os engenheiros — os técnicos da sociedade — podem, eventualmente, comandar a revolução social e dirigir a indústria para o bem comum. Eles são aqueles que têm objeções à propriedade, às finanças, à sabotagem, ao crédito e à renda diferida, porque interferem na eficiência e no progresso da tecnologia. Os engenheiros são os melhores representantes da comunidade livre, pois o capital e o trabalho, negociando os preços, tornaram-se um interesse adquirido fraco, que busca seus próprios benefícios em detrimento da sociedade. O resultado foram as concessões comerciais e os acordos entre eles. As duas partes jogam um jogo de chances e habilidades, com o sistema industrial tornando-se vítima da interferência em ambos os lados. A prosperidade material da comunidade livre, e mais especificamente dos trabalhadores, depende do trabalho regular do sistema industrial sem interferência. Isso os engenheiros podem alcançar. Diferentemente dos proprietários e dos trabalhadores, eles são motivados pelo interesse próprio. Como os técnicos são mais homogêneos e unidos do que os trabalhadores, eles são líderes naturais, os oficiais da linha, as pessoas com espírito de desempenho tangível e o instinto para o trabalho mais desenvolvido. Veblen afirmava que um conselho de técnicos poderia resolver os problemas da nação, mas as chances de isso acontecer eram remotas. No presente, os homens técnicos são dóceis e inofensivos, geralmente bem-alimentados e serenamente satisfeitos com um “prato de jantar cheio” que seus interesses adquiridos permitiam.

Veblen não depositou suas esperanças na reforma — a melhoria das condições sob o capitalismo; na verdade, ele esperava ver o capitalismo totalmente abolido. A ideia de que os engenheiros fariam a revolução social era talvez um pensamento passageiro para ele. Quase no fim de sua vida, ele olhava favoravelmente para a experiência na União Soviética, com sua forte ênfase no planejamento central. Como morreu em 1929, Veblen não conheceu a brutalidade do stalinismo que se desenvolveu na metade da década de 1930. Porém, basicamente, ele permaneceu pessimista, não depositando fé na natureza humana e nas perspectivas futuras da humanidade.

WESLEY CLAIR MITCHELL

Wesley Clair Mitchell (1874-1948) foi o aluno mais brilhante de Veblen. Veblen foi o grande iconoclasta que atacou com alegria feroz aquilo que ele considerava os absurdos da teoria ortodoxa que defendia o *status quo*; ele deu ao institucionalismo uma filosofia e uma teoria. Mitchell foi o primeiro grande pesquisador cujo trabalho mais notável concentrava-se em uma análise de instabilidades comerciais; ele deu ao institucionalismo sua inclinação empírica. Ele era muito gentil e discreto para atacar as raízes do neoclassicismo com a ferocidade de Veblen, mas criticou suas abstrações e metodologias irrealistas. Ele sentia que Veblen tinha evoluído muito além dos economistas contemporâneos, devido à sua opinião mais adequada sobre a natureza humana e ao seu vasto conhecimento dos processos culturais. Veblen, também, confiava muito em especulações que não foram verificadas empiricamente. Mitchell acreditava que seus estudos estatísticos produziram uma base mais sólida para o trabalho pioneiro de Veblen.

Mitchell, que nasceu em Rushville, Illinois, recebeu seu Ph.D na Universidade de Chicago, em 1899. Ele assumiu um cargo no Census Office em Washington, D.C. e, em seguida, lecionou e fez pesquisas novamente na Universidade de Chicago, assim como na Universidade da Califórnia, na Universidade de Colúmbia e na New School for Social Research.

A importância da investigação empírica

A economia, dizia Mitchell, é uma ciência do comportamento humano. O futuro da disciplina, argumentava ele, está em incrementar mais prática e menos teoria. "Os economistas vão se desenvolver mais produtivamente no lado quantitativo. Os economistas de hoje terão as melhores chances de crescer com o trabalho de seus antecessores, se confiarem cada vez mais nos registros estatísticos mais precisos das observações¹⁶."

O National Bureau of Economic Research, fundado por Mitchell em 1920 e dirigido por ele por 25 anos, talvez seja o maior monumento a seu método. Sob a supervisão de Mitchell, ele lançou um dos primeiros estudos abrangentes sobre o total e a distribuição da renda nacional. Com os anos, ele publicou um grande volume de análises estatísticas. Hoje, sua lista de associados de pesquisas universitárias indica "quem é quem" na pesquisa econômica dos Estados Unidos. Ironicamente, a maioria desses pesquisadores são economistas altamente ortodoxos.

O estudo de Mitchell sobre os ciclos comerciais

A maior contribuição de Mitchell se deu no estudo das instabilidades comerciais. É importante perceber que sua principal obra sobre o assunto foi publicada pela primeira vez duas décadas antes da Grande Depressão e da *General theory* de Keynes. Mitchell chamou sua teoria de ciclo comercial de "hipótese de trabalho", porque era experimental e estava sujeita a revisão sob a luz de outras evidências. Em suas mãos, a teoria sobre os ciclos comerciais assemelhou-se a uma explicação de experiência testada, em vez de a um exercício de lógica. Quanto mais intensamente Mitchell pesquisava os fatos para explicar as instabilidades, mais sua explicação estendia-se em uma teoria de como nosso sistema econômico funciona. Em vez de procurar uma única causa decisiva para o ciclo, como os economistas fizeram antes, ele explorou as condições que coletivamente produzem o movimento cíclico do sistema comercial. Se suas idéias são lugar-comum hoje, é porque elas se tornaram amplamente aceitas.

O trabalho empírico de Mitchell sobre o ciclo comercial o levou a quatro grandes conclusões. Cada uma delas merece ser elaborada, como se segue:

- As instabilidades econômicas surgem na *economia monetária*. Mitchell preferia ver as crises e a depressão não como uma doença do capitalismo, mas como um problema que surge em uma sociedade em que as atividades econômicas são realizadas principalmente ganhando e gastando dinheiro. Obviamente, essa é uma característica do capitalismo, mas ele também possui outras características, como, por exemplo, a forma como os meios de produção são possuídos¹⁷. Mitchell afirmava: "Só quando os usos da moeda atingirem uma fase avançada em um país é que as vicissitudes econômicas assumirão o caráter de ciclos comerciais".
- Os ciclos comerciais são altamente difundidos na economia. Isso ocorre quando as empresas são muito interdependentes. As empresas comerciais estão amarradas umas às outras por vínculos industriais, comerciais e financeiros, de modo que nenhuma delas prospera ou entra em

16. Wesley C. Mitchell. *Types of economic theory from mercantilism to institutionalism*. Ed. Joseph Dorfman. Nova York: Augustus M. Kelly, 1967, v. 2, p. 749, 761. 2 v.

17. N.R.T. Como são distribuídos.

decadência sem afetar as outras. O crescimento do crédito aumentou a interdependência financeira. A expansão da organização comercial corporativa, com todas as suas relações dependentes, organiza muitas empresas nominalmente independentes em comunidades de interesses. Os vínculos são também canais por meio dos quais a aceleração ou a lentidão de uma atividade em uma parte da economia podem se espalhar para outras partes.

- As instabilidades comerciais dependem das perspectivas de lucro. As perspectivas de lucro, dizia Mitchell, são os indícios de instabilidade comercial. Uma empresa comercial pode atender à comunidade ganhando dinheiro somente se obtém lucros a longo prazo. A subordinação de serviços à ação de ganhar dinheiro não está fundamentada nos motivos mercenários dos homens de negócios, mas é um resultado necessário de uma economia monetária. Um empresário com tendências públicas que despreza o lucro ficará fora do negócio. Somente as organizações governamentais e filantrópicas podem oferecer serviços sem fins lucrativos.
- O lucro presumido é mais significativo do que os lucros do passado ou as perdas, pois as empresas se preocupam com o futuro e não com o passado. A perspectiva de lucros no futuro desempenha o papel decisivo na identificação da direção da expansão da empresa. O investimento atinge seu ponto mais alto nessa fase do ciclo em que os lucros presumidos são mais atraentes. Assim, uma estimativa de instabilidade econômica em uma economia comercial deve tratar principalmente dos aspectos pecuniários da atividade econômica.
- As instabilidades são sistematicamente geradas pela própria economia. Os ciclos comerciais não representam rompimentos secundários ou acidentais do equilíbrio, mas sim uma parte inerente do processo da economia. Permeando toda a obra de Mitchell está a abordagem evolucionária e dinâmica. Assim, à medida que cada fase do ciclo evolui para sua sucessora, a própria economia passa gradualmente por mudanças cumulativas. Portanto, Mitchell acreditava que os economistas de cada geração provavelmente terão de repensar a teoria dos ciclos comerciais que aprenderam em sua juventude. Segundo Mitchell, os ciclos surgem de forças dentro da economia, com cada uma das fases do ciclo gerando a próxima:

A reformulação incipiente de uma atividade, por exemplo, evolui para a prosperidade, a prosperidade gradualmente gera uma crise, a crise se converte em recessão, a recessão se torna mais profunda por um tempo, mas provoca uma nova reformulação de atividade, que é o início de outro ciclo. Uma teoria dos ciclos comerciais deve, portanto, ser uma análise descritiva das mudanças cumulativas, por meio das quais um conjunto de condições comerciais se transforma em outro conjunto¹⁸.

Mitchell escolheu como ponto inicial a fase do ciclo em que a atividade começa a aumentar após um período de recessão. Depois de iniciada, uma reformulação de atividade se espalha rapidamente sobre toda a economia, ou parte dela, por meio de empresas interligadas. Salários mais altos e lucros maiores estimulam o consumo e os investimentos. Os estoques, esvaziados durante os períodos sem movimento, são reabastecidos por revendedores e atacadistas. Uma on-

18. Wesley C. Mitchell. *Business cycles and their causes*. Berkeley: University of California Press, 1941, p. ix. [Publicado originalmente em 1913.]

da de otimismo se inicia e se espalha, produzindo, assim, condições de produção que a justificam e intensificam. No último estágio de uma reformulação, os preços começam a subir. As expectativas de um preço maior estimulam a encomenda dos bens. O crédito se expande quando as condições comerciais melhoram. Novos investimentos em bens de capital aumentam.

Esse é, então, o movimento crescente de reformulação. Mas, por que ele culmina em uma crise? Por que a prosperidade provoca a recessão?

Entre as forças negativas que se acumulam no sistema durante a prosperidade está o aumento lento, mas seguro, nos custos de se fazer negócios. Os custos com despesas gerais começam a aumentar à medida que novo capital é investido quando o custo dos bens está aumentando. Novas empresas constroem novas fábricas, incorrendo em custos mais altos quando tentam se estabelecer, e os custos fixos, como aluguel e juros, aumentam. Fábricas e máquinas menos eficientes, gerenciamento menos capaz e trabalhadores menos eficientes são empregados durante a prosperidade, elevando, assim, os preços dos materiais, do trabalho e assim por diante. Contribuindo com a oferta de bens enviados ao mercado, as empresas marginais dificultam o aumento dos preços de venda para compensar o aumento dos custos. Os custos com trabalho aumentam, não apenas porque menos trabalhadores qualificados estão empregados, mas também porque os salários começam a subir com o aumento dos preços. Durante a prosperidade, o crescimento da demanda por bens aumenta a necessidade de trabalho excedente, que é mais caro e menos produtivo que o trabalho normal. A disciplina e a produtividade da mão-de-obra diminuem, porque os trabalhadores têm menos medo de perder seu emprego do que em tempos ruins. O desperdício na produção aumenta à medida que os empresários descuidados ficam mais otimistas e excessivamente ocupados.

O aumento nos custos de produção supera os lucros, especialmente porque os preços de bens acabados não podem ser elevados com facilidade nas últimas fases da prosperidade. A expansão da capacidade produtiva, que promoveu o crescimento da prosperidade durante o período mais fácil, contribui para a oferta de produtos e serviços, aumentando a dificuldade de elevar os preços de venda. Os compradores, no final das contas, resistem ao aumento dos preços, porque não podem ou não pagarão continuamente mais pelos produtos. Alguns preços não são aumentados de acordo com o custo, devido ao controle público, contratos e costumes. Uma queda real ou em potencial nos lucros, em poucos mercados importantes, é suficiente para criar dificuldades financeiras em todos os mercados.

Quanto mais longo for o período de prosperidade, mais graves se tornam essas forças, provocando, inevitavelmente, crise e recessão. A pirâmide de crédito termina quando os credores se tornam apreensivos. No momento de crise, os devedores são obrigados a reduzir seus débitos ou a pagá-los de forma integral. Muitos débitos são liquidados, com os preços sendo reduzidos quando os produtos são lançados no mercado em tentativas desesperadas de se evitar a falência. A expectativa de queda nos preços reduz ainda mais a demanda por bens e, conseqüentemente, torna real essa expectativa. Como certos custos são fixados para baixo, da mesma forma que o são com o movimento ascendente dos preços, a queda dos preços arrocha ainda mais as margens de lucro. A consternação se espalha, os gastos com investimentos são reduzidos, os estoques diminuem, o desemprego cresce, a renda e os gastos dos consumidores caem e a economia entra em recessão.

Com tempo suficiente, a recessão gera em si mesma as forças que produzem a prosperidade. Os homens de negócios cortam os desperdícios e os custos o máximo possível. Ao final, os

salários, os juros, o aluguel e outros custos fixos caem até se alinharem com os preços dos bens. Os custos com o trabalho também caem, porque o trabalho extra é eliminado, os trabalhadores ineficientes são demitidos e os empregados realizam mais esforços, com medo do desemprego. À medida que a recessão se arrasta, os bens de capital ficam desgastados e obsoletos. Os preços dos novos bens de capital caem, a batalha pela concorrência induz a investimentos em máquinas novas, mais eficientes e de custos menores do que se pode financiar a baixas taxas de juros. Se for realmente possível, os consumidores devem substituir os bens duráveis e semiduráveis que ficaram desgastados. A população continua a crescer, aumentando, assim, a procura por todos os tipos de bens de consumo. Os estoques, que tinham sido reduzidos ao mínimo durante a recessão, devem ser refeitos quando a empresa cresce. O otimismo se espalha e a economia toma novo impulso.

Planejamento social

A freqüente recorrência de crise e recessão econômica, afirmou Mitchell em 1935, é a evidência de que o funcionamento automático do nosso sistema comercial é deficiente. Nossas dificuldades aumentaram, devido à ampliação dos mercados, ao crescimento de combinações, à maior importância dos bens semiduráveis que as pessoas podem parar de comprar quando os tempos estão difíceis, ao movimento das pessoas do campo para a cidade e à dependência cada vez maior dos fazendeiros em relação ao mercado, em vez de se tornarem auto-suficientes como eram antes. O planejamento comercial não foi capaz de equilibrar o crescimento dos fatores que tornam os ciclos comerciais importantes.

A tarefa, então, é promover um planejamento social ou nacional cuidadoso para superar as principais características das instabilidades comerciais ao mesmo tempo em que preserva a liberdade econômica e aumenta a segurança. A confiança de Mitchell no planejamento nacional para melhorar as condições humanas baseava-se, em parte, em sua psicologia pragmática. Ele defendia o planejamento social, negando que fosse um não-americano. Nossa história nacional, dizia ele, foi uma história de planejamento, às vezes bem-sucedido, outras não. A Constituição dos Estados Unidos incorporou um plano para governar um país. Hamilton teve um plano de recuperação econômica e, de 1917 a 1918, planejamos a mobilização econômica para ganharmos a guerra. A maior dificuldade no planejamento social tem sido concordar com o que desejamos realizar. De fato, as diferenças de objetivos formam o principal obstáculo para o planejamento em uma comunidade democrática, porque a unanimidade de metas só é alcançada em raras ocasiões.

Uma segunda dificuldade no planejamento origina-se da interdependência de processos sociais. O planejamento gradativo, detalhe por detalhe, geralmente traz resultados indesejados ou não planejados, como ilustrado pelo estabelecimento da Lei Seca, que favoreceu o contrabando e o surgimento de grupos econômicos ricos e infratores. O planejamento social inteligente deve considerar tanto os efeitos diretos quanto os indiretos da ação social. Mas, certos resultados não podem ser obtidos por meio de ações individuais. Assim, dizia Mitchell, o planejamento nacional é inevitável. A questão é: ele será fragmentário e irreal ou sistemático e tecnicamente completo?

JOHN KENNETH GALBRAITH

John Kenneth Galbraith (1908–) nasceu no Canadá e estudou nas Universidades de Toronto e da Califórnia. Exerceu o cargo de economista-chefe da American Farm Bureau Federation e altos cargos no governo dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Foi membro do conselho de editores da revista *Fortune*, embaixador da Índia durante o governo Kennedy, professor de economia na Universidade de Harvard e presidente da Americans for Democratic Action. Galbraith é também romancista e especialista em arte do Extremo Oriente.

Considerados como um todo, os principais escritos de Galbraith constituem tanto um ataque ao pensamento econômico neoclássico quanto uma análise do capitalismo moderno. Quase todas as características da escola institucionalista se aplicam a muitas de suas obras.

A sabedoria convencional

Galbraith é um crítico da “sabedoria convencional” neoclássica: um conjunto de idéias que é familiar a todos, amplamente aceito, mas que não é mais importante. Sua abordagem evolucionária explora as condições variáveis e examina a necessidade de mudar nossas idéias para acomodar novas situações. Em uma afirmação semelhante à feita por Veblen, Galbraith disse: “As idéias são inerentemente conservadoras. Elas se rendem não ao ataque de outras idéias, mas ao ataque violento de circunstâncias com as quais não podem competir”. Ele é sagaz em apontar que seu ataque é à sabedoria convencional, não àqueles que *originalmente* expuseram suas idéias:

O leitor logo descobrirá que eu penso muito pouco na quantidade de idéias principais da economia. Mas, penso bastante nos homens que deram origem a essas idéias. As deficiências da economia não são erros originais, mas obsolescências incorretas. A obsolescência ocorreu por que o que é conveniente torna-se sacrossanto¹⁹.

E como essas idéias neoclássicas obsoletas conseguiram sobreviver? Galbraith responde o seguinte:

O sistema neoclássico deve muito à tradição — ele não é improvável como uma descrição de uma sociedade que existiu uma vez. (...)

Ele é também a doutrina disponível. Os alunos chegam; algo precisa ser ensinado; o modelo neoclássico existe. Ele tem também outra força. Ele serve a uma reciclagem teórica contínua. Com uma complexidade cada vez maior, está a impressão de precisão e exatidão cada vez maiores. E com a perplexidade resolvida, está a impressão do entendimento²⁰.

Na teoria geral de Galbraith sobre o capitalismo moderno, uma pessoa pode encontrar diversas teorias específicas que desafiam a economia ortodoxa. Duas teorias de particular importância são a sua noção de “efeito da dependência” e a sua teoria do comportamento da firma²¹.

19. John Kenneth Galbraith. *The affluent society*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1958, p. 4.

20. John Kenneth Galbraith. *Economics and the public purpose*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1973, p. 27.

21. N.R.T. Da empresa.

O efeito da dependência

De acordo com Galbraith, o capitalismo moderno é dominado por grandes empresas e caracterizado por uma enorme variedade de necessidades elaboradas que são o resultado do planejamento corporativo e da propaganda em massa:

À medida que a sociedade se torna cada vez mais afliente, as necessidades são cada vez mais criadas pelo processo por meio dos quais elas são satisfeitas. (...) Assim, as necessidades dependem da produção. Em termos técnicos, não se pode mais assumir que o bem-estar é maior a um nível de produção superior do que a um nível inferior. Ele pode ser o mesmo. O nível mais elevado de produção tem, simplesmente, um nível mais alto de criação de necessidades que precisam de um maior nível de satisfação. Haverá repetidas oportunidades de se referir à maneira como as necessidades dependem do processo pelo qual elas são satisfeitas. Será conveniente chamá-las de Efeitos de Dependência²².

No sistema industrial moderno, não são os consumidores que são soberanos, mas as grandes empresas que produzem e comercializam bens e serviços. Na “seqüência modificada” de Galbraith, os produtores decidem o que deve ser produzido e, então, moldam os gostos dos consumidores de modo que comprem esses produtos. A economia ortodoxa sustenta que a iniciativa é responsabilidade do consumidor, que compra bens e serviços no mercado em resposta aos desejos e demandas pessoais. As teorias neoclássicas de escolha do consumidor assumem as necessidades da forma como são. E, se as necessidades precisam ser criadas por meio de propaganda, quão urgentes elas podem ser? Além disso, a teoria neoclássica da demanda do consumidor, com sua ênfase à soberania do consumidor, implica que o mercado dita a composição ideal da produção e da alocação de recursos. Esse ponto de vista, dizia Galbraith, faz pouco sentido: “Não se pode defender a produção como necessidades satisfeitas se essa produção cria as necessidades”.

A teoria de Galbraith sobre a demanda do consumidor tem uma importante implicação política. Haverá uma subalocação de recursos para os bens públicos. Galbraith chamou essa circunstância de “desequilíbrio social”. A criação de necessidades artificiais por meio de propaganda e da propensão à concorrência aproxima os recursos para os bens privados e os afasta dos bens públicos que têm maior valor inerente. Novos automóveis são considerados como mais importantes que novas rodovias; aspiradores nos lares são mais desejados do que os limpadores de rua. Bebidas alcoólicas, revistas em quadrinhos e colutórios assumem maior importância agregada do que escolas, tribunais e piscinas municipais. Uma maneira de solucionar esse desequilíbrio, afirmou Galbraith, seriam impostos sobre vendas de bens de consumo e serviços, utilizando o lucro para aumentar a disponibilidade de bens e serviços do setor público.

Teoria da Firma de Galbraith

A teoria neoclássica da firma conclui que o comportamento e o desempenho corporativo podem ser mais bem-entendidos assumindo-se que as empresas tentam maximizar os lucros. De acordo com Galbraith, isso pode ser verdadeiro no *setor de mercado*, onde os proprietários de pequenas empresas administram ativamente seus negócios, mas não descreve o *setor de planeja-*

22. Galbraith. *The Affluent Society*, p. 169.

mento, que é muito mais importante — as quase 2.000 maiores empresas que produzem mais da metade da produção da sociedade. No setor de planejamento, a propriedade e o controle são separados. Os proprietários de grandes empresas são os milhões de portadores de ações ordinárias, os quais não têm controle algum sobre a operação da empresa. Em vez disso, o controle é exercido pela tecnocracia — uma elite profissional que consiste em executivos, gerentes, engenheiros, cientistas, projetistas, pesquisadores de mercado, pessoal de marketing e assim por diante. O acionista insatisfeito que não gosta do desempenho de uma empresa em particular não tem a opção de demitir a gerência. O recurso comum é vender as ações da empresa e comprar ações de outra empresa. Segundo Galbraith, é ingenuidade assumir que a tecnocracia é motivada a maximizar o rendimento aos milhões de acionistas anônimos. A tecnocracia obtém muito mais a propósitos complexos, que ele classificou como protecionistas e positivos.

O principal propósito protetor da empresa é sobreviver, o que se traduz na necessidade de obter lucros suficientes para manter a maioria dos acionistas relativamente feliz e proporcionar ganhos suficientes para investimento e crescimento. Uma maneira de assegurar esse lucro "menor que o máximo" é diferenciando o preço do produto do da concorrência. Essa ação pode assumir a forma de fixação direta de preços ou de entendimento informal de preços dentro de um mercado. O objetivo não é fixar os preços para limitar a produção e maximizar o lucro comum, como sugere o modelo neoclássico. Em vez disso, o objetivo é garantir que as empresas concorrentes obtenham um nível favorável de lucro, permitindo-lhes, assim, atingir suas metas protecionistas e os objetivos positivos.

O principal propósito positivo da empresa é o crescimento corporativo. O crescimento da produção, das vendas e da renda produz maior segurança no emprego e rendimento financeiro para os membros da tecnocracia. Na teoria ortodoxa sobre a firma, os oligopolistas limitam sua produção a fim de impulsionar seus preços e aumentar seus lucros: "Nenhum ponto é melhor aceito pelo modelo neoclássico do que aquele que sugere que o preço monopolista é maior e a produção menor do que o socialmente ideal. O público é a vítima. Devido a essa exploração, o oligopólio é perverso"²³. Na teoria de Galbraith, os oligopolistas fixam preços a níveis baixos — níveis que atinjam um lucro mínimo e permitam a expansão de produção e vendas totais. Grandes despesas com propaganda, campanhas para conquistar fatias de mercado, fusões não-lucrativas entre empresas concorrentes e não-concorrentes e assim por diante, tudo isso faz muito sentido se o objetivo é o crescimento. De acordo com Galbraith, "o modelo neoclássico descreve uma doença que não existe (altos preços oligopolistas e produção limitada), porque assume um propósito que não é adotado (maximização do lucro)"²⁴.

A teoria da firma de Galbraith tem diversas implicações políticas importantes. Por exemplo, os esforços dos antitrustes tradicionais devem ser abandonados: "Ainda não aconteceu nada para deter o desenvolvimento e o poder de negociação da tecnocracia". As grandes empresas cresceram devido ao autoritarismo da tecnocracia. Seu tamanho se deve aos altos orçamentos de pesquisa e desenvolvimento e à capacidade de incorporar nova tecnologia. Foi e continuará sendo fútil tentar deter essas forças através da política pública, afirmou Galbraith:

23. Galbraith. *Economics*, op. cit., p. 119.

24. Idem, ibidem, p. 120.

Assim, a solução [antitruste] que emerge do modelo neoclássico é inofensiva. Ela não representa nenhuma ameaça ao poder ou à autonomia da tecnocracia ou ao seu interesse afirmativo no crescimento. E como a solução é considerada abrangente — uma vez que a concorrência é tida como a solução para todas as doenças industriais — ela direciona todas as reclamações para um canal essencialmente inofensivo. O que poderia ser uma perigosa perturbação para uma ação efetiva regulatória ou para a propriedade pública ou para o socialismo, aparece de forma segura como uma exigência de que as leis antitruste devam ser compelidas. (...) O melhor de tudo, do ponto de vista da tecnocracia, seria a imunidade contra todos os ataques. Mas a outra melhor coisa — e uma coisa muito boa — é um sistema de ideias que desvie todos os ataques para os canais que são seguramente fúteis²⁵.

A sociedade deveria, então, simplesmente adotar uma política de *laissez-faire*, contando com essas forças econômicas para produzir o bem social? Galbraith respondeu com um "Não" ressonante. No prefácio de seu *Economics and the public purpose*, ele afirmou: "Este livro não poderia estar mais claro sobre qualquer outra conclusão: Sozinhas, as forças econômicas não se planejam para o melhor, exceto talvez para o poderoso".

Embora a exploração dos consumidores não seja um problema do capitalismo moderno, outros problemas graves surgem do exercício do poder pelo sistema de planejamento. O público, através do governo, deve tirar o controle do setor de planejamento da economia das mãos da tecnocracia, garantindo que ele sirva ao propósito público. Esse controle deverá assumir diversas formas. Por exemplo, um preço público permanente e uma agência de salários devem controlar os preços das empresas maiores na economia e garantir que os ganhos salariais nos principais acordos coletivos não excedam o crescimento de produtividade nacional. Uma autoridade de planejamento público precisa ser estabelecida a fim de unir as grandes corporações e os sindicatos para planejar e coordenar a atividade econômica. Essa autoridade de planejamento também deverá coordenar os planos econômicos com outras nações industriais. Junto com essas reformas, Galbraith exige a redistribuição governamental da renda por meio de controle público dos salários dos executivos, da taxa progressiva, de um aumento no salário mínimo e de um plano de imposto de renda negativo. As empresas no setor de mercado devem ser encorajadas a se unir, a fim de concorrer com mais eficiência com as empresas do setor de planejamento. Assim como Veblen e Mitchell antes dele, Galbraith vê a necessidade de uma participação cada vez maior do governo na economia moderna.

Críticas às idéias de Galbraith

O ataque de Galbraith à economia convencional produziu muitas réplicas. Como um exemplo, os críticos apontaram que, no extremo, ele parece negar que o consumidor tem vontade própria, que o comprador é capaz de determinar os próprios interesses e agir sobre eles. Os economistas ortodoxos rejeitam essa opinião e sua implicação de que uma entidade indefinida, diferente dos próprios consumidores, deveria identificar melhor quais são os verdadeiros interesses dos consumidores. Um outro exemplo: os críticos afirmaram que uma empresa que não consegue maximizar seus lucros a longo prazo corre o risco de se tornar alvo de um "ataque"²⁶ corpo-

25. Galbraith. *Economics*, op. cit., p. 121.

26. N.R.T. Perder o controle acionário.

19-2 O Passado como Preâmbulo

DOUGLASS NORTH E O NOVO INSTITUCIONALISMO

O institucionalismo tradicional associado a Veblen, Mitchell e Galbraith crítica a economia neoclássica e apóia a intervenção do governo. Por outro lado, o *novo institucionalismo* tende a ser teórico, orientado para o mercado e antiintervencionista.

Há várias linhas identificáveis desse novo pensamento institucionalista, cada uma enfatizando a importância das instituições no entendimento do comportamento e dos resultados econômicos (e políticos). Uma linha é o trabalho de Harold Demsetz (1930-) sobre o papel dos direitos de propriedade na promoção da eficiência econômica. Uma segunda linha é a análise de Richard Posner (1939-) sobre a relação entre lei e economia. Uma terceira é a ênfase de Ronald Coase (1910-) e Oliver E. Williamson (1932-) sobre os custos de transação na explicação da organização e do comportamento das empresas. Uma quarta é o trabalho de James Buchanan (1919-) e Gordon Tullock (1922-) sobre a teoria da escolha pública, incluindo análises de procura de renda, grupos de interesses, regras de votação e economia constitucional¹.

No entanto, a linha mais radical do novo institucionalismo é aquela que está associada a Douglass North (1920-), um historiador econômico americano que ganhou o Prêmio Nobel de 1993 por seu trabalho. North critica a economia neoclássica por sua falha em reconhecer a importância das limitações institucionais no processo de tomada de decisão econômica e sua incapacidade de explicar a permanência de diversas instituições econômicas pelo mundo. Diferentemente dos institucionalistas tradicionais como Veblen, no entanto, North adota o método "teórico de escolha" neoclássico, que enfatiza o processo racional de tomada de decisões econômicas.

O método teórico de escolha é essencial porque um conjunto logicamente consis-

tente e potencialmente analisável de hipóteses deve ser estabelecido sobre uma teoria de comportamento humano. A força da teoria microeconômica é aquela construída sobre a base de suposições acerca do comportamento individual. (...) As instituições são criação de seres humanos. Elas envolvem os seres humanos e são afetadas por eles. Assim, nossa teoria deve começar com o indivíduo. Ao mesmo tempo, os limites que as instituições impõem sobre as escolhas individuais são universais².

As instituições se formaram porque minimizam os custos da interação humana. Elas podem ser formais (por exemplo, constituições e leis) ou informais (por exemplo, códigos de conduta não-escritos). Podem ser criadas especificamente (por exemplo, o sistema monetário dos Estados Unidos) ou simplesmente se desenvolver com o tempo (por exemplo, a tradição de dar gorjetas). As instituições são as *regras* formais e informais que governam o comportamento econômico e político. Em comparação, os *jogadores* são os indivíduos e as organizações que exploram as oportunidades oferecidas em uma estrutura institucional em particular.

A forma que as instituições assumem se deve muito ao poder de negociação dos indivíduos e dos grupos que os representam. Mas, quando as instituições se estabelecem, os comportamentos e os resultados das preferências individuais reforçam sua presença contínua. Por exemplo, a participação dos operários no capital e nos resultados da empresa por meio de planos de pensão reforça o apoio às instituições capitalistas. Como resultado do esforço, as instituições de um país *dependem da trajetória*. A primeira trajetória institucional selecionada (ou imposta) determina a trajetória assumida por um longo tempo. As instituições se desenvolvem gradativamente porque os "jogadores" às vezes conseguem mudar as regras a seu favor. Somente

b. NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Nova York: Cambridge University Press, 1990. p. 5.

a. RUTHERFORD, Malcolm. *Institutions in economics: The old and the new institutionalism*. Nova York: Cambridge University Press, 1994. p. 2-3. Discutimos Coase em O Passado como Preâmbulo 15-1 e discutiremos Buchanan e Tullock no Capítulo 20.

quando fica claro que uma trajetória institucional específica é um beco sem saída para alcançar os objetivos desejados ou quando os objetivos desejados mudam é que a sociedade modifica radicalmente suas instituições.

As limitações impostas pelas instituições variam, portanto, com o tempo e em cada país. As instituições oferecem estruturas estimulantes para vários tipos de atividade econômica e política. As nações ricas são ricas porque os limites das instituições definem um conjunto de compensações para as atividades políticas e econômicas que encorajam o aprimoramento educacional e de habilidades, a expansão de capital, a nova tecnologia e, conseqüentemente, o crescimento econômico. As

nações pobres são pobres porque suas instituições definem um conjunto de compensações para as atividades políticas e econômicas que desencorajam a criação de riquezas. Os direitos de propriedade são definidos e impostos de maneira precária, as mentes mais brilhantes entram para o governo ou imigram, os costumes sociais e religiosos limitam o trabalho e depreciam o ganho material e dá-se maior ênfase à redistribuição da riqueza do que à sua criação.

O talento de North veio para unir a análise neoclássica tradicional à análise das instituições. Fazendo isso, ele explica como as instituições afetam as preferências econômicas e como as preferências econômicas mudam gradativamente as instituições.

rativo. O preço das ações ordinárias da empresa-alvo, o qual reflete a tendência cancelada de seus ganhos futuros, será menor para o maximizador sem lucro do que poderia ser. Oferecendo aos acionistas um preço para suas ações acima do preço de mercado, a empresa adquirente pode obter o controle da empresa-alvo, substituir a gerência, aumentar os lucros e obter ganho de capital sobre seus títulos iniciais.

Concluindo, pode-se dizer que a manifestação de Galbraith na ortodoxia econômica, assim como a de Veblen antes dele, forçou os neoclássicos a interromper temporariamente sua marcha, exigiu que eles reconhecessem e até se comprometessem com a oposição. Galbraith trouxe à tona muito fogo cruzado. Esse fato verdadeiro — que ele não poderia ter ignorado — é um testemunho de sua grande inteligência, perspicácia e estilo literário. Todavia, a economia ortodoxa experimentou algumas causalidades e poucos dissidentes; de maneira simplista, ela marcha adiante. Para o institucionalismo reaparecer como a grande força no pensamento econômico, ele deve conquistar as mentes de uma futura geração de economistas. Sua melhor esperança de fazer isso é desenvolver um conjunto de teorias, prontamente compreensíveis e receptivas ao ensino, que resista a um cuidadoso exame estatístico e intelectual. Até agora, dizem seus detratores, ele não conseguiu isso.

19-2

Perguntas para estudo e discussão

1. Identifique brevemente e estabeleça a importância de cada um dos seguintes conceitos, pensadores e obras para a história do pensamento econômico: institucionalismo, Association of Evolutionary Economics, Veblen, *The theory of the leisure class*, consumo conspícuo, instinto para o trabalho, conselho de técnicos, Mitchell, National Bureau of Economic Research, Galbraith, efeito da dependência, setor de mercado *versus* setor de planejamento, tecnoestrutura e propósitos protecionistas *versus* propósitos positivos da empresa.
2. Compare as características da escola histórica alemã vista no Capítulo 11 com as da escola institucionalista.
3. A escola clássica está para Isaac Newton, assim como a escola institucionalista está para quem? Explique.

4. Use as idéias de Veblen sobre consumo conspícuo para explicar por que uma queda significativa no preço de um produto em particular poderia levar a uma redução na quantidade demandada. Como isso difere do então chamado bem de Giffen (Capítulo 18)?
5. Qual é a distinção feita por Veblen entre ganhar dinheiro e produzir bens? Utilize o modelo de monopólio de Cournot (Capítulo 12) para explicar como poderia ser possível ganhar mais dinheiro produzindo menos bens.
6. Compare as opiniões de Mitchell sobre as causas e a natureza das instabilidades econômicas com as opiniões expressas por Irving Fischer (Capítulo 16).
7. Verdadeiro ou falso, se falso, explique por quê: "Galbraith acredita que as empresas no setor do planejamento são excessivamente grandes. Isso devido à sua incessante luta pelo poder do monopólio. Para evitar a exploração monopolística do consumidor, essas empresas precisam se dividir em pequenas concorrentes menores".
8. Tanto Veblen como Galbraith foram descritos como *iconoclastas*. Procure no dicionário e anote uma definição para essa palavra e explique por que ela é adequada.
9. Suponha que o preço aumente de P_2 para P_3 na figura que acompanha O Passado como Preâmbulo 19-1. Construa linhas adequadas e marque o gráfico para mostrar o efeito de preço padrão e o efeito de Veblen. Qual efeito domina nesse caso?

Leituras selecionadas

Livros

- BLAUG, Mark (ed.). *Thorstein Veblen*. Brookfield, VT: Edward Elgar, 1992.
- _____. (ed.). *Wesley Mitchell, John Commons, Clarence Ayres*. Brookfield, VT: Edward Elgar, 1992.
- BREIT, William e RANSOM, Roger L. *The academic scribblers*. 3. ed. Capítulo 11. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.
- DORFMAN, Joseph et al. *Institutional economics: Veblen, Commons and Mitchell reconsidered*. Berkeley: University of California Press, 1963.
- GALBRAITH, John Kenneth. *The affluent society*. Boston: Houghton Mifflin, 1958.
- _____. *Economics and the public purpose*. Boston: Houghton Mifflin, 1973.
- _____. *The new industrial state*. Boston: Houghton Mifflin, 1967.
- GAMBS, John S. *John Kenneth Galbraith*. Nova York: Twayne, 1975.
- MITCHELL, Wesley C. *The backward art of spending money and other essays*. Nova York: Kelley, 1950. [Originalmente publicado em 1912-1936.]
- _____. *Business cycles and their causes*. Berkeley: University of California Press, 1941. [Originalmente publicado em 1913.]
- _____. *Types of economic theory from mercantilism to institutionalism*. Editado por Joseph Dorfman. Nova York: Augustus M. Kelley, 1967 e 1969. 2 v.
- SAMUELS, Warren J. (ed.). *Institutional economics*. Brookfield, VT: Edward Elgar, 1989. 3 v.
- SHARPE, Myron E. *John Kenneth Galbraith and the lower economics*. Ed. rev. Nova York: International Arts and Sciences Press, 1974.

VEBLEN, Thorstein. *The instinct of workmanship*. Nova York: Huebsch, 1918. [Originalmente publicado em 1899.]

_____. *The place of science in modern civilization and other essays*. Nova York: Huebsch, 1919.

_____. *The theory of business enterprise*. Nova York: Scribner's, 1904.

_____. *The theory of the leisure class*. Nova York: Random House. Modern Library Edition, 1934. [Originalmente publicado em 1899.]

Artigos em revistas especializadas

GORDON, Scott. The close of the Galbraithian system. *Journal of Political Economy*, n. 76, p. 635-644, julho-agosto de 1968. [Veja também Galbraith. Professor Gordon on 'The close of the Galbraithian system'. *Journal of Political Economy*, n. 77, p. 494-503, julho-agosto de 1969.]

HAYEK, F. A. The non sequitur of the dependence effect. *Southern Economic Journal*, n. 30, p. 346-348, abril de 1964.

Journal of Post-Keynesian Economics, n. 7, outono de 1984. [Contém vários artigos sobre Galbraith.]

LEIBENSTEIN, Harvey. Bandwagon, snob and Veblen effects in the theory of consumer demand. *Quarterly Journal of Economics*, n. 62, p. 183-207, maio de 1950.

RUTHERFORD, Malcolm. Wesley Mitchell: institutions and quantitative methods. *Eastern Economic Journal*, n. 13, p. 63-73, janeiro/março de 1987.

WALKER, Donald A. Thorstein Veblen's economic system. *Economic Inquiry*, n. 15, p. 213-236, abril de 1977.